

AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 103/2009

ATA DA SESSÃO PÚBLICA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP

27 DE JANEIRO DE 2010

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2010, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Teatro Colinas, situado no Shopping Colinas, à Avenida São João, nº 2.200, térreo, Jardim das Colinas, foi iniciada a sessão pública da Audiência Pública nº 103/2009, realizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme convocação do aviso publicado no Diário Oficial da União do dia dezoito de dezembro de 2009; aviso de prorrogação publicado no Diário Oficial da União do dia oito de janeiro de 2010 e avisos de alteração publicados no Diário Oficial da União dos dias vinte e um e vinte e cinco de janeiro de 2010; e também em jornais de grande circulação nacional e local e inserções em rádios. A Audiência Pública nº 103/2009 tem o objetivo de colher contribuições sobre o processo de licitação da concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros por um sistema de trem de alta velocidade entre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, envolvendo os estudos de viabilidade, as minutas do edital de licitação e do contrato de concessão.

Como foi observado o comparecimento de interessados em número superior à quantidade de assentos disponíveis no auditório, o presidente da audiência autorizou a colocação de mais cadeiras para acomodar o maior quantitativo possível de cidadãos. Ainda assim, o acesso de participantes à sessão precisou ser limitado à capacidade máxima do local por motivos de segurança, em conformidade com os procedimentos aplicáveis à Audiência Pública, divulgados no endereço eletrônico da Agência.

Para composição da mesa da audiência, foram indicados os seguintes representantes: senhor Nilo Moriconi Garcia, Ouvidor da ANTT e presidente da audiência; senhora Rafaela Paiva Brandão Lino, secretária da audiência; senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David, respectivamente, Superintendente e Gerente da Superintendência Executiva da ANTT; senhor Carlos Alberto São Tiago Hagström, representante da Procuradoria-Geral da ANTT; e senhor Paulo Lins, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Inicialmente, o presidente agradeceu a presença de todos, declarou aberto o ato e fez a leitura dos procedimentos da audiência pública, nos termos da Resolução/ANTT nº 3.026/09 e da Deliberação ANTT nº 351/09. Em seguida passou a palavra aos senhores Hélio Mauro França e Roberto Dias David que fizeram, em linhas gerais, a apresentação dos estudos de viabilidade. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária da audiência fez uma breve explanação das manifestações recebidas por ocasião da Consulta Pública nº 002/2009 e também daquelas recebidas previamente, por meio eletrônico, para a Audiência Pública nº 103/2009. Dando seguimento, procedeu à leitura das contribuições escritas recebidas durante o intervalo. Aquelas que apresentaram conteúdo muito extenso foram lidas de forma resumida devido à exigüidade do tempo.

Os senhores **Ney Pasqualini Bevacqua**, do Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP/São José dos Campos; **Antônio José Porto Ferreira**, do Partido Trabalhista Cristão; **Cleber Córdoba de Lima**, da Associação das Construtoras do Vale do Paraíba – ACONVAP; **Maurici Damasceno de Souza**, da Câmara Municipal de São José dos Campos, **Angel Guillen**, da Associação dos Empresários do Chácaras Reunidas –

ASSECRE; **José Maria de Faria**, do Sindicato do Comércio Varejista de São José dos Campos – SINCOMERCIO; **Wolfram Quintero**, da Química Natural Brasileira Ltda. – QUINABRA; **Fabiano de Souza**, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos; **Felipe Cury**, da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos; **Ivair de Paula**, da Associação das Empresas Contábeis de São José dos Campos – ASSECON; **Felício Ramuth**, da Prefeitura de São José dos Campos; **Cristovão Gonçalves**, vereador da Câmara Municipal de São José dos Campos; **Francisco Godoy**, da Secretaria de Meio Ambiente de São José dos Campos e **Francisco Redondo Junior**, Indústria Metalúrgica Fesmo, em linhas gerais, manifestaram-se favoravelmente a uma parada obrigatória do TAV em São José dos Campos. Os senhores **Adalton Paes Manso** e **Roberto Simão**, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, fizeram várias colocações relativas ao edital, inclusive sobre a obrigatoriedade de estação em São José dos Campos. Os senhores **Edenilson Antônio Salido Feitosa**, **Valdir Parolini** e **Fábio Sancanini Ramos**, da Pedreira Santa Isabel Ltda., destacaram a necessidade de modificação do traçado, tendo em vista o impacto sócio-econômico e ambiental nas áreas de mineração de Santa Isabel e questionaram como será solucionada a questão. O senhor **João Elcio Camargo**, da Associação das Empresas Contábeis de São José dos Campos – ASSECON, destacou, entre outros aspectos, a necessidade de haver uma estação obrigatória em São José dos Campos e questionou se existe estudo comprovado da capacidade/disponibilidade de geração de energia para alimentar o sistema TAV e seu crescimento. O senhor **Heitor Corrêa Filho**, da Vallenge Consultoria Projetos e Obras, teceu questionamentos relativos à transferência de tecnologia, assunto a ser abordado à tarde. Os senhores **Antônio Rodrigues Cardoso**, da Sociedade Amigos do Bairro Igarapé, e **Giselle Cristina Simonetti**, da Construtora Terra Simão, manifestaram-se favoravelmente a uma parada obrigatória do TAV em Jacareí. O senhor **Carlos de Arruda Camargo**, da Prefeitura Municipal de Taubaté, questionou como estão sendo considerados os impactos do modelo construtivo e do traçado na hidrologia regional. Por fim, indagou também se as indenizações previstas estão quantificadas para os projetos em implantação no setor agropecuário, considerando o impacto do traçado em diversos investimentos privados e governamentais. O senhor **Carlinhos Almeida**, deputado estadual de São Paulo, destacou a relevância do trem de alta velocidade e seu impacto positivo em toda região do Vale do Paraíba, apoiando um traçado que preserve o banhado em São José dos Campos. Por fim, questionou se os itens do projeto que serão definidos posteriormente pelo concessionário serão submetidos à ANTT. O senhor **Eurico Fernandes**, do Conselho estadual para assuntos da pessoa com deficiência da Prefeitura Municipal de Jacareí, perguntou qual a previsão do edital para atendimento às pessoas com deficiência. O senhor **Marino Faria**, vereador da Câmara Municipal de Jacareí, em linhas gerais, manifestou preocupação com desapropriação, a capacitação e formação de mão-de-obra, e definição dos locais das estações e oficinas, em função do acesso a elas. O senhor **Marcelo Pereira Manara**, do Ministério Público de São Paulo, teceu críticas à escolha do local para realização da sessão pública e manifestou seu entendimento de que a proposta do traçado sobre a várzea sofre de fragilidade técnica e legal, o que deverá gerar desconformidades no processo de licenciamento da obra. A senhora **Ângela Guadagnin**, vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos, destacou em linhas gerais a relevância do projeto para a região. O senhor **Vanderlei Macris**, deputado federal, fez ponderações sobre suposto subdimensionamento da demanda e dos valores das obras e questionou se os altos riscos assumidos pelo concessionário em relação ao poder público não inviabilizariam a obra. Após, indagou se será permitido o transporte de cargas leves no trem. O senhor **Fugió Hatakeyama**, da Yama Terraplanagem e Construções Ltda., sugeriu que no percurso de 312 km superficiais a construção deveria ser sempre em elevados para permitir que as atividades rurais e urbanas não sejam afetadas. O senhor **Pedro Luís Bueno**, da Redemultimarcas, perguntou se há estudo referente à capacidade da área de

estacionamento da estação do TAV e respectivos custos. O senhor **Bruno de Campos Mello e Silva Machado**, advogado, solicitou manifestação da mesa acerca de acústica, desvalorização imobiliária no entorno do traçado, transposição da linha férrea em momentos futuros e traçado na área de proteção permanente (APP). O senhor **Adão Aparecido Fróis**, da Prefeitura de Jacareí/SP, destacou que na escolha das estações deve-se priorizar a cidade com menores custos de construção, manutenção, desapropriações e impactos ambientais. A senhora **Sônia Gandra Küster**, da Prefeitura de São José dos Campos/SP, questionou quais os impactos negativos do TAV. O senhor **Francisco Canindé Guedes**, do Partido Progressista (PP), parabenizou a iniciativa do governo Lula e solicitou que o TAV seja implantado futuramente também no nordeste. O senhor **Carlos Alberto da Veiga Guadagnin** sugeriu a implantação de transportes não poluentes para atender à população usuária do TAV, por exemplo, com o uso das redes de metrô, trens elétricos e corredores de ônibus elétricos ou híbridos. O senhor **José Roberto Alves**, do Sindicato da Indústria e da Construção Civil do Estado de São Paulo – SINDUSCON/SP, relacionou alguns anseios da região, levando em conta os investimentos na cidade e o inevitável aumento populacional que ocorrerá.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da manhã foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David e Carlos Alberto São Tiago Hagström. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

O senhor **Eduardo Pedrosa Cury**, Prefeito de São José dos Campos, elogiou o trabalho da ANTT, mas manifestou sua insatisfação com o fato de a estação de São José dos Campos não constar como obrigatória. Destacou também a necessidade de se limitar os poderes de decisão do concessionário. O senhor **Hamilton Ribeiro Mota**, Prefeito de Jacareí, destacou que a escolha do local da estação, independentemente da cidade, será pautada em critérios técnicos e acarretará relevantes benefícios para toda a região. O senhor **Carlinhos Almeida**, deputado estadual de São Paulo, destacou a importância do TAV e comentou que a ANTT não procedeu a alterações nos estudos. Em seguida, sugeriu aos prefeitos que se articulem para obter o maior benefício possível do trem de alta velocidade, no sentido de haver investimentos no deslocamento da população para acesso à estação. O senhor **José Carlos Peloia**, do Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP, solicitou que a estação e a oficina sejam implantadas em Jacareí. O senhor **Juarez Domingues de Vasconcelos**, da sociedade civil, manifestou preocupação com as questões ambientais e sugeriu que as decisões relativas ao traçado definitivo sejam apreciadas pela comunidade e técnicos. O senhor **Francisco Canindé Guedes** falou sobre sua satisfação com o projeto do trem de alta velocidade. O senhor **Antônio José Porto Ferreira**, do Partido Trabalhista Cristão – PTC, em linhas gerais comentou a relevância da inovação tecnológica do empreendimento e as mudanças na matriz de transportes ao longo dos anos. O senhor **Carlos Alberto da Veiga Guadagnin**, sugeriu que o Governo incentive a iniciativa privada, por meio de financiamento, para estabelecer meios de transportes não poluentes. O senhor **Marino Faria**, vereador da Câmara Municipal de Jacareí, destacou que a estação do TAV deverá ser instalada próxima a esse município. Ademais, comentou que Jacareí possui os requisitos necessários para receber essa estação. O senhor **José Messias Valério** indagou quais as responsabilidades do poder concedente na garantia de acessibilidade às estações. O senhor **Alexsander de Oliveira**, vereador da Câmara Municipal de Jacareí, ressaltou que os impactos ambientais devem ser considerados com cautela no processo. O senhor **Marco Aurélio de Souza Freire**, da Câmara Municipal de São José dos Campos, teceu críticas à reportagem veiculada pelo jornal Vale Paraibano, destacando que a imprensa e as autoridades envolvidas no projeto devem tratar o assunto com enfoque no desenvolvimento da região, não com viés político. O senhor **Giba Ribeiro**, do Partido dos Trabalhadores – PT/São José dos Campos, comentou a relevância do projeto para a região e parabenizou a mobilização dos políticos em prol da melhor solução para toda a comunidade do Vale do

Paraíba. O senhor **Laudelino Amorim**, vereador da Câmara Municipal de Jacareí, defendeu que o Governo deve se preocupar com os aspectos e impactos sociais do TAV, restando ao empresário o risco financeiro do investimento. O senhor **Luís Roberto Cândido**, da Assembléia Legislativa de São Paulo, solicitou esclarecimentos à mesa sobre as supostas modificações nos estudos apresentados pela ANTT e questionou se, de fato, tais mudanças ocorreram. O senhor **Naoto Shitara**, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, asseverou que o projeto deve focar primordialmente o usuário do serviço e contestou os números relativos a tempo de viagem e custos apresentados no estudo de viabilidade. O senhor **Apostole Lázaro Chryssafidis**, da Associação Brasileira de Transportes Aéreos Regionais – ABETAR, citou a limitação de infraestrutura dos aeroportos de Congonhas e Guarulhos, além do crescimento de Viracopos. Em seguida, argumentou que o transporte ferroviário é complementar ao aéreo e não concorrente, sugerindo que a ANTT se articule com a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC no sentido de promover a integração entre os dois modais. A senhora **Maria Lúcia Fonseca Garcia**, da Associação de Moradores de Esplanada, destacou a relevância dos estudos sócio-ambientais, manifestando sua preocupação e solicitando que seja revista a localização da estação, a passagem do trem pelo banhado e sua interferência em uma área muito urbanizada. O senhor **Saulo Monteiro de Souza**, abordou o impacto regional do TAV e a necessidade de melhor articulação entre os municípios e do governo federal com o estadual. A senhora **Rose Gaspar**, vereadora da Câmara Municipal de Jacareí, também ressaltou que o TAV representará desenvolvimento para o Vale do Paraíba e comentou a necessidade de articulação da classe política da região. O senhor **Wolfram Quintero**, da Química Natural Brasileira Ltda. – QUINABRA, opinou que a localização ideal para a estação do trem de alta velocidade é ao lado do local estudado para o aeroporto internacional São José dos Campos. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, alegou que foram feitas modificações no edital e comentou a importância da liberdade de imprensa, fazendo referência à manifestação oral do cidadão que se posicionou contrariamente à reportagem do jornal Vale Paraibano. O senhor **Gregório Pugliese**, da Associação dos Empresários do Chácaras Reunidas – ASSECRE, sugeriu que o projeto contemple várias estações na região e não apenas uma, em virtude do elevado tráfego de veículos na NovaDutra. O senhor **Felipe Cury**, da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos, solicitou que haja prevalência do bom senso e dos estudos técnicos, contemplando São José dos Campos com a estação, preferencialmente nas proximidades do aeroporto Carvalho Pinto, NovaDutra e Rodovia dos Tamoios. A senhora **Maria Virgínia B. Miléo Sant’ana**, da Prefeitura Municipal de Jacareí, falou sobre sua preocupação com o aumento das demandas sociais na região ocasionadas pelo empreendimento, pois entende que os municípios não devem arcar com todo ônus. Assim, solicitou que esses efeitos sejam pontuados para cada cidade. A senhora **Izabel Lavendowski**, da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Jacareí, perguntou se as comunidades interessadas terão oportunidade de avaliar a proposta apresentada pela empresa para o traçado definitivo. O senhor **Adenilson de Marins**, da associação de moradores, falou sobre a responsabilidade dos meios de comunicação na divulgação de informações sobre os investimentos realizados no país. A senhora **Andrea Francomano Bevilacqua**, da GPA Consultoria, asseverou que, o TAV virá acompanhado de outras demandas, como prováveis ocupações irregulares, problemas com habitação e impacto ambiental. Assim, questionou o que o governo federal pretende fazer para incentivar a integração dos governos locais voltada para uma política regional que vise ao desenvolvimento sustentável. O senhor **Alexandre da Silva**, do Conselho das Associações de Moradores de Jacareí, destacou que não houve alteração nos estudos, mas sim um crescimento; e solicitou aos presentes que não se preocupem em demasia com aspectos técnicos, mas sim com o desenvolvimento do Vale do Paraíba. O senhor **Felício Ramuth**, da Prefeitura de São José dos Campos, alegou que há incoerências no edital comparativamente aos estudos técnicos e solicitou esclarecimentos à

mesa sobre os supostos critérios que balizaram essas mudanças. O senhor **Alfred de Freitas de Almeida**, da Urbanizadora Municipal S.A. – Urbam, ressaltou a necessidade de reduzir o poder de decisão da concessionária e assegurar o equilíbrio entre interesses públicos e privados, garantindo a estação em São José dos Campos. O senhor **José Carlos Diogo**, da Prefeitura Municipal de Jacareí, destacou os benefícios do trem para toda região, independentemente do local da estação. O senhor **Hernando Martins dos Santos**, da Associação de Moradores do Parque Meia-Lua/Jacareí, perguntou quais os critérios e valores das desapropriações em São José dos Campos e acrescentou ser favorável à liberdade de imprensa, mas contrário aos meios de comunicação tendenciosos. A senhora **Janaína Dias**, do Colégio Opção, questionou se há possibilidade de mudança do traçado com vistas à preservação do banhado, uma formação geográfica única e patrimônio ambiental. O senhor **Wagner Ocimar Balieiro**, vereador de São José dos Campos/SP, comentou que nenhuma cidade será desconsiderada *a priori* e, independentemente do local da estação, é fundamental o atendimento a todos os parâmetros técnicos. Ressaltou ainda a necessidade de formação de comitês de acompanhamento pelos municípios para maximizar os pontos positivos e neutralizar os efeitos negativos da passagem TAV. O senhor **Antônio Rodrigues Cardoso**, da Associação Amigos do Bairro – Jacareí, solicitou implantação de estação do TAV em seu município. O senhor **Paulo Afonso Mendonça Siqueira**, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, parabenizou o governo federal e ANTT pelo projeto e afirmou sua confiança nos benefícios que serão proporcionados pelo trem. O senhor **Rodrigo Cabreira**, da Rádio Eldorado / São José dos Campos, comentou que não obstante as disputas municipais pela localização da estação, a ANTT deve garantir regras claras ao processo para evitar possíveis ações judiciais. O senhor **Georges Salim Assaad Junior**, da Associação dos Advogados de São José dos Campos, apresentou argumentos para que o referido município seja contemplado com uma estação obrigatória do TAV. O senhor **Adalton Paes Manso**, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de São José dos Campos, ressaltou que os fatores determinantes para a localização da estação devem ser técnicos, econômico-financeiros e sócio-ambientais. A senhora **Ivone Barreto Rodrigues Fernandes**, do Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC, reforçou a importância de haver uma estação em São José dos Campos em virtude do quantitativo de crianças que se deslocam ao hospital dessa cidade para tratamento de saúde. Os senhores **João das Mercês Tampão** e **Luiz Carlos Mota**, vereadores de São José dos Campos, também solicitaram a estação do trem na cidade em que exercem mandato.

As manifestações orais da manhã foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David e Carlos Alberto São Tiago Hagström.

Em virtude da grande quantidade de cidadãos inscritos para manifestação oral, a etapa da manhã estendeu-se aproximadamente duas horas além do horário previsto para encerramento. Seguiu-se breve intervalo para almoço.

Por volta das quatorze horas e trinta minutos, o presidente reiniciou os trabalhos e concedeu a palavra ao senhor Paulo Lins, que apresentou, em linhas gerais, a modelagem financeira, as minutas do edital de licitação e do contrato de concessão, além dos respectivos anexos técnicos. Na seqüência, houve intervalo para o recebimento de contribuições por escrito.

Após a retomada dos trabalhos, a secretária fez breve menção aos cidadãos que, na parte da manhã, encaminharam contribuições escritas referentes à localização da estação em São José dos Campos e Jacareí, tema da etapa da tarde. Sobre o mesmo assunto, foi citada a contribuição recebida à tarde da senhora **Dulcineia Aparecida do Carmo Francisco**, da Associação de Moradores, relativa à parada obrigatória em São José dos Campos. Em seguida, a secretária procedeu à leitura das outras contribuições escritas recebidas durante o intervalo vespertino.

O senhor **Roberto Koga**, economista, perguntou se a parada em São José dos Campos é técnica e economicamente viável, mesmo havendo parada obrigatória em Aparecida. A senhora **Magda Rejane da Silva**, Presidente da Associação de Moradores, elogiou o trabalho do Governo Federal e parabenizou a ANTT e o BNDES pela condução dos trabalhos. O senhor **Mauro Furtado** perguntou de que forma serão cobertos os custos de transferência de tecnologia e como serão avaliadas as propostas sob esse ponto de vista. A senhora **Silvia de Castro Rezende**, da Juventude do PT do Vale do Paraíba, questionou sobre o direito de transporte gratuito aos estudantes no trem de alta velocidade. O senhor **Apostole Lázaro Chryssafidis**, da Associação Brasileira de Transportes Aéreos Regionais – ABETAR, indagou se no estudo de demanda está considerada a microrregião definida pelo IBGE; se a tarifa apresentada foi manifestada pelo usuário ou relacionada pelo pesquisador e, ainda, se foi considerada tarifa média ou tarifa máxima. O senhor **José Roberto Fernandes da Silva**, da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Jacareí, perguntou se a concessão prevê mecanismos de participação ou de controle social e em caso positivo, como e por quem será feito. O senhor **Wolfram Quintero**, da Química Natural Brasileira Ltda. – QUINABRA, indagou se a exploração de serviços “satélites” (estacionamentos, restaurantes, etc.) serão responsabilidade e benefício da concessionária. O senhor **Arildo Batista**, da Prefeitura de Jacareí, perguntou qual o risco de estabelecer uma parada obrigatória em uma cidade e o consórcio vencedor ser pressionado por especulações imobiliárias. O senhor **Rodrigo Cabrera**, advogado, questionou quais aspectos objetivos justificaram uma estação definida (em Aparecida) e outra indefinida e, também, se tal indefinição não gera insegurança jurídica. O senhor **Paulo Grou**, da Associação Engenheiro e Arquitetos de São José dos Campos, defendeu transferência de tecnologia e criação de fundo de desenvolvimento tecnológico, mantido por recursos oriundos de receitas geradas pelo próprio sistema. O senhor **José Carlos de Souza**, do Sindicato dos Condutores do Vale do Paraíba, citou a importância de escolha criteriosa do local da estação e sugeriu especial atenção no projeto à empregabilidade dos motoristas e demais trabalhadores do setor rodoviário. A senhora **Ângela Guadagnin**, vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos, questionou se no edital estão claros os preços da passagem e os subsídios; se os valores de reajustes de tarifas anuais já estão definidos e se estão contemplados os direitos dos deficientes, idosos e estudantes. O senhor **Roland Krüger**, da Max Böegl, destacou que o edital de licitação do TAV Brasil deve ser aberto para todas as tecnologias. O senhor **Antônio Guerra**, da Secretaria da Fazenda do Estado São Paulo, sugeriu que a estação não seja instalada em região populosa, e propôs a implantação entre o Putim e a Rodovia Carvalho Pinto, região de pouca densidade populacional e de fácil acesso. O senhor **Pedro Ribeiro Moreira**, do Mestrado de Planejamento Urbano e Regional da UNIVAP, perguntou qual o apoio da ANTT/BNDES nos outros projetos de infra-estrutura relacionados ao TAV e se existe proposta do Governo Federal para incentivar a integração vertical (União/Estados/Municípios) para a condução de projetos integrados e coerentes.

As manifestações escritas recebidas durante o intervalo da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Roberto Dias David, Carlos Alberto São Tiago Hagström e Paulo Lins. Em seguida, passou-se para a fase de pronunciamento oral.

A senhora **Silvia Regina Dias**, da 36ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB de São José dos Campos, reforçou a relevância de se assegurar uma estação em São José dos Campos, inclusive citando o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC. O senhor **José Augusto Machado**, publicitário, teceu questionamentos sobre o reajuste das tarifas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e se o projeto terá continuidade caso haja mudanças no governo. A senhora **Ângela Guadagnin**, vereadora da Câmara Municipal de São José dos Campos, parabenizou os trabalhos e comentou seu entendimento de que não houve exclusão de estação em São

José dos Campos. O senhor **Marcos Fernandes Costa**, da Eco-Solidário, indagou se o termo de referência elaborado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA está disponível na internet e se o BNDES prevê também investimentos na área social associados ao projeto do trem. O senhor **Anderson Farias Ferreira**, Secretário dos Transportes da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, apresentou argumentos para pleitear a estação obrigatória na referida cidade. O senhor **Cleber Córdoba de Lima**, da Associação das Construtoras do Vale do Paraíba – ACONVAP, também manifestou seus argumentos para defender a obrigatoriedade da estação em São José dos Campos. O senhor **Carlos Eduardo Santana**, da Prefeitura de São José dos Campos, sugeriu que a ANTT inclua no edital algumas salvaguardas que lhe permitam poder de veto, por exemplo, a localização de estação e traçado propostos pelo concessionário. O senhor **Hamilton Ribeiro Mota**, Prefeito de Jacareí, solicitou que não sejam realizados debates acerca da localização da estação, pois serão considerados aspectos estritamente técnicos, como demanda, custos e meio ambiente. Ademais, reforçando a necessidade de compreender o TAV como um benefício regional, não para um município apenas. O senhor **José de Mello Correa**, da Prefeitura de São José dos Campos, refutou a fala do senhor Hamilton e questionou se não seria necessária a aprovação do EIA/RIMA antes da proposta. O senhor **Fabiano Moura**, do Sindicato da Construção – SINDUSCON, solicitou a estação em São José dos Campos e questionou se existe alguma política que preveja a contratação de mão-de-obra e empresas regionais para o empreendimento. O senhor **José Roberto Fernandes da Silva**, da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Jacareí, comentou a necessidade de maior integração dos municípios do Vale do Paraíba e propôs que seja criado um grupo de trabalho para analisar os impactos do TAV. O senhor José Francisco Ramos, da Prefeitura de Jacareí, destacou que a estação deve-se localizar no local que melhor atenda ao usuário e elogiou a ANTT. O senhor **Aydano Barreto Carleial**, da Prefeitura Municipal de São José dos Campos, fez ponderações relativas ao edital, com ênfase na apresentação das propostas pelos licitantes.

As manifestações orais da tarde foram comentadas pelos senhores Hélio Mauro França, Carlos Alberto São Tiago Hagström e Paulo Lins.

Registre-se que foram recebidas e protocoladas duas contribuições escritas dos senhores Benedito Roberto de Castro, da Prefeitura Municipal de Santa Isabel, e Daniel Moraes Barberini, da TECAP – Tecnologia, Comércio e Aplicações Ltda., que não foram lidas por terem sido entregues à mesa após a etapa de registro e leitura das manifestações escritas. Não obstante, constarão do relatório final da audiência pública.

Não havendo mais contribuições, o presidente informou que a ata da sessão e o relatório da audiência serão, oportunamente, disponibilizados no endereço eletrônico da ANTT. Em seguida, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão.

Conforme art. 9º, §1º e §2º, da Resolução ANTT nº 3026/2009, esta ata foi lavrada pela secretária e subscrita por ela e pelo presidente da audiência.

São José dos Campos, 27 de janeiro de 2010.

Nilo Moriconi Garcia
Presidente da AP nº 103/2009

Rafaela Paiva Brandão Lino
Secretária da AP nº 103/2009